

BRÁSILIA, DOMINGO, 13 DE NOVEMBRO DE 2005
 Editor: Raul Pilati // raul.pilati@correioweb.com.br
 Coordenador: Carlos Alberto Jr.
 e-mail: carlos.junior@correioweb.com.br
 Subeditores: Maísa Moura e Sandro Silveira
 tel. 3214-1148
 e-mail: negocios@correioweb.com.br

BOLSAS	BOVESPA	A-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %) -0,69 São Paulo +0,43 Nova York	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos) 30.952 30.510 7/11 8/11 9/11 10/11 12/11	Título da dívida externa brasileira, na sexta US\$ 1,0400	sexta-feira (em R\$) 2,163 (▼ 0,28%) Últimas cotações (em R\$) 4/novembro 2,21 7/novembro 2,20 8/novembro 2,19 9/novembro 2,17 10/novembro 2,16	Turismo, venda (em R\$) na sexta 2,640 (▼ 0,23%)	Na BM&F o grama (em R\$) R\$ 32,500 (▼ 0,45%)	Prefixado, 31 dias (em % ao ano) 18,35	IPCA do IBGE (em %) Junho/2005 -0,02 Julho/2005 0,25 Agosto/2005 0,17 Setembro/2005 0,35 Outubro/2005 0,75

O CUSTO DAS ELEIÇÕES

Governo se arma para enfrentar escassez de investimentos típica de ano eleitoral e garantir as metas de pagamento da dívida. A estratégia é reforçar o caixa com a compra de dólares e a venda de títulos

Na defensiva em 2006

VICENTE NUNES
 DA EQUIPE DO CORREIO

Ainda que o governo se mantenha calado sobre os efeitos das eleições do ano que vem na condução da política econômica, o assunto tem ganhado cada vez mais destaque em conversas reservadas no Ministério da Fazenda. Um ponto, no entanto, tem dominado os debates: a rolagem da dívida pública interna, um monstro que já beira R\$ 1 trilhão. Tanta preocupação faz sentido. Quem acompanhou de perto as turbulências de 2002, viu secar todas as fontes de financiamento do país ante a possibilidade de o PT chegar ao poder com Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, mesmo sem a ameaça concreta de uma fuga maciça de recursos, o Tesouro Nacional decidiu se antecipar e montar uma série de estratégias para driblar qualquer problema. A ordem é minimizar ao máximo o que os técnicos da Fazenda chamam de “custo da eleição”.

Os números comprovam porque o governo está na defensiva. Ao longo de 2006, o Tesouro Nacional terá de rolar R\$ 395,3 bilhões em títulos da dívida pública interna. Essa montanha de dinheiro representa 42,4% de todos os papéis emitidos pelo governo federal em poder do mercado. O Tesouro terá de arcar ainda com US\$ 11,274 bilhões, referentes ao pagamento de parte do principal e de juros da dívida externa. “São vencimentos pesados, que certamente exigirão uma boa gestão da dívida. Mas, diante do pragmatismo

adotado pelo governo petista, contrariando todas expectativas de que, com Lula no poder, o país seria conduzido ao calote, não creio que o Tesouro terá dificuldades para cumprir suas metas”, diz o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central.

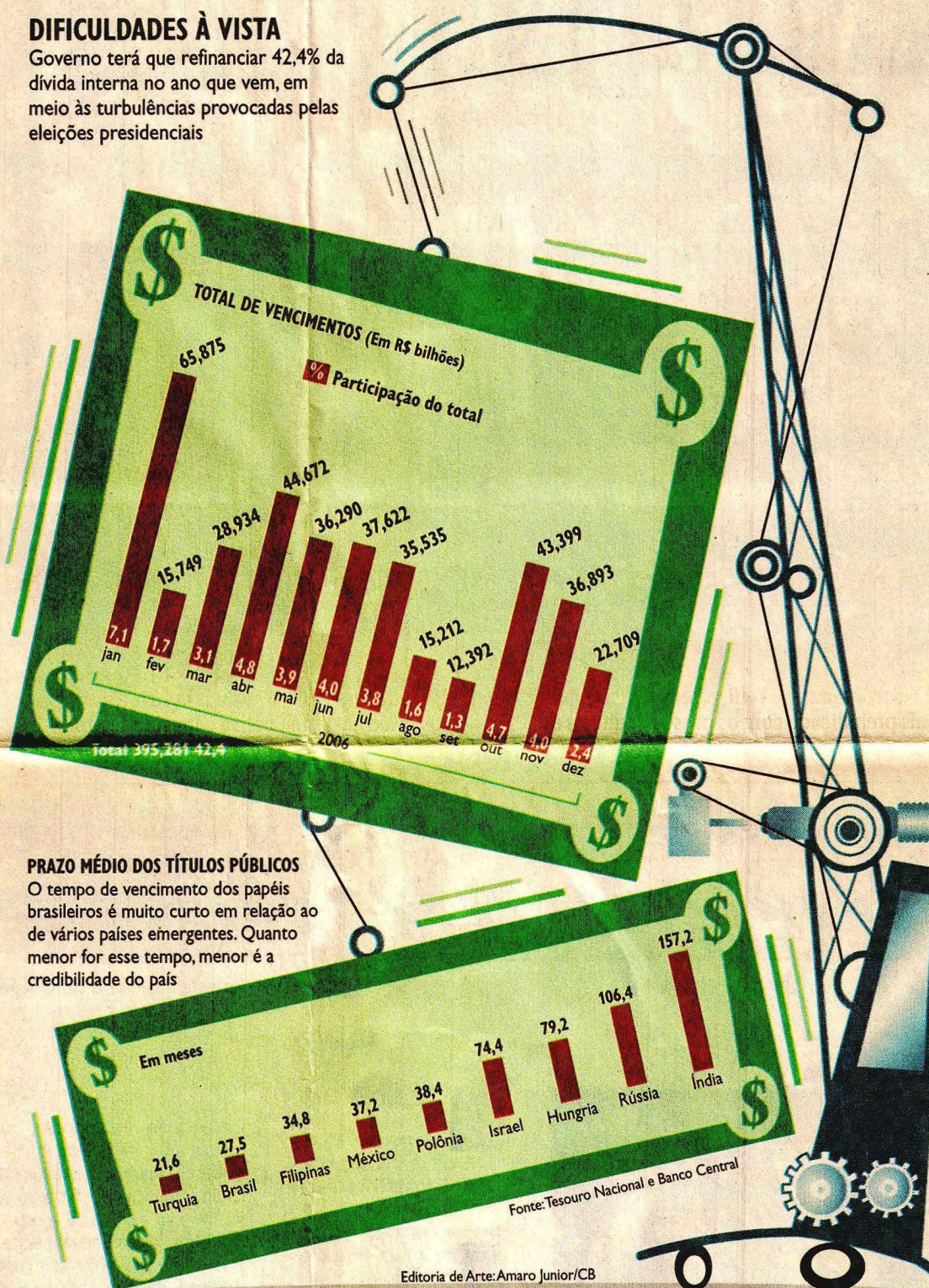
Antecipação

Pelo sim, pelo não, a equipe econômica resolveu agir com antecedência. O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, José Antonio Gragnani, cotado para suceder Joaquim Levy no comando do órgão, diz que o governo já dispõe de recursos suficientes para pagar todos os compromissos externos até junho do ano que vem. Entre principal e juros da dívida, a quantia chega a US\$ 6,644 bilhões. Esse caixa foi montado com as compras de dólares que o Tesouro fez no mercado, aproveitando-se da forte queda da moeda americana, e com a emissão de US\$ 3 bilhões em títulos no mercado internacional. “Essas operações nos dão um conforto considerável”, ressalta Gragnani. Ele afirma, porém, que esse reforço antecipado de caixa não tem nenhuma ligação concreta com as eleições presidenciais de 2006. “Só estamos aproveitando as boas oportunidades do mercado.”

Gragnani também descarta qualquer vinculação do pleito de 2006 com a decisão do governo de facilitar a participação de investidores estrangeiros na compra de títulos da dívida interna. Até o final deste mês, qualquer investidor de fora poderá obter

DIFICULDADES À VISTA

Governo terá que refinanciar 42,4% da dívida interna no ano que vem, em meio às turbulências provocadas pelas eleições presidenciais



“A atração de financiadores estrangeiros para a dívida interna é muito bem-vinda”, diz o economista João Maurício Rosal, do Banco Itaú. “Como têm investimentos espalhados pelo mundo, eles podem se arriscar a comprar títulos brasileiros, que, caso venham a dar problemas, serão compensados pelos ganhos das demais aplicações”, explica.

Pelas contas do mercado, é possível que, entre captações no exterior e compras de dólar no mercado interno, o Tesouro feche o ano com cerca de US\$ 10 bilhões em caixa dos US\$ 11,2 bilhões necessários para o pagamento de todos os compromissos externos de 2006. O mercado também estima que, por segurança, o Tesouro tenha hoje aproximadamente R\$ 80 bilhões como colchão de liquidez para bancar eventuais transtornos na rolagem da dívida interna. “Creio que o Tesouro está em uma situação confortável”, avalia o economista-chefe da Consultoria BDO Trevisan, Luiz Guilherme Piva. “E não vejo nenhuma perspectiva de mudança na condução da dívida pública com a ida de Joaquim Levy do Tesouro para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”, destaca.

Fragilidades

Apesar de todo esse esforço, João Maurício Rosal, do Itaú, levanta duas grandes fragilidades: o prazo curto de vencimento da dívida, de apenas 27,5 meses, e o fato de mais de 50% dos papéis estarem indexados à taxa Selic — cada aumento de um ponto percentual dos juros resulta em elevação de 0,32 ponto percentual na relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) num prazo de 12 meses.

José Antonio Gragnani reconhece a concentração em títulos vinculados à Selic, mas diz que o governo avançou muito na participação de papéis com taxas prefixadas. Em janeiro de 2003, quando Lula tomou posse, tal participação era de 1,7%. Em setembro último, havia saltado para 24,7%.

registro junto a Receita Federal em apenas 24 horas para comprar papéis públicos ou direcionar recursos para as bolsas de valores. Até então, a autorização do Fisco demorava três semanas. Ao

criar facilidades aos estrangeiros, o governo quer ampliar o leque de seus financiadores para não ficar refém do mercado interno, sempre mais suscetível às turbulências eleitorais. Pelas contas do

secretário-adjunto do Tesouro, que passou os últimos dias “vendendo” o Brasil a investidores asiáticos, os estrangeiros detêm menos de 5% do total da dívida interna em poder do mercado.

Editoria de Arte: Amaro Junior/CB